

# economia

## Plano Real completa 30 anos

Pacote do governo Itamar Franco acabou com hiperinflação e trouxe estabilidade de preços



Nicolas Pasinato  
nicolasp@jcrs.com.br

Há exatos 30 anos entrava em circulação o Real, moeda que conseguiu acabar com a hiperinflação que atormentou a população brasileira por mais de uma década. Na capa do Jornal do Comércio do dia 1º de julho de 1994, a novidade era classificada como “a moeda da esperança”, já que o País havia tentando uma série de medidas para domar o “dragão”, figura mitológica escolhida para representar a alta de preços do período.

Para marcar a data, o JC inicia hoje uma série de reportagens sobre as três décadas do Plano Real, incluindo a Entrevista Especial desta edição (p. 16 e 17).

O efeito a curto prazo do Real foi animador. Para se ter uma ideia, no primeiro semestre de 1994 - e, portanto, antes da nova moeda -

a inflação somou 757%, média de 43% ao mês, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nos seis meses seguintes, o índice desabou a 18,6%, média de 2,9% ao mês.

A pavimentação da “moeda da esperança” começou, pelo menos, um ano antes, em 1993, quando o ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, montou uma equipe para pensar em uma forma que acabasse de vez com a hiperinflação. Naquele ano, o IPCA chegou à marca de 2.477,15%.

O grupo escolhido foi formado por economistas da PUC do Rio de Janeiro: André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan, Winston Fritsch e Persio Arida. “O Plano Real, fundado com base nas contribuições teóricas de Pérsio Arida e Lara Resende, é, sem dúvidas, uma das políticas econômicas mais importantes e marcantes do século XX”, classifica o doutorando em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Rafael Pahim.

Em vez de cortes de zeros na troca de moedas e congelamento de preços, que eram comuns em planos de estabilização anteriores, a ideia do Real do time de FHC teve aspectos inovadores e foi sendo implementada de forma gradual.

A primeira fase buscava o equilíbrio das contas e teve início ainda em 1993, com o lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), em junho. A iniciativa foi uma espécie de ajuste fiscal, já que contou com a revisão do orçamento de ministérios e repasses para estados e municípios. Tam-



Cédulas do Real começaram a circular no Brasil em 1º de julho de 1994

bém visava o aumento da receita com a privatização de empresas públicas.

A principal medida, porém, foi a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), rebatizado posteriormente de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que previa a desvinculação de algumas receitas do governo federal. O propósito era atenuar a rigidez dos gastos da União em um cenário de corte de gastos. “Foi aprovado o que se chamou de desvinculação das receitas, medida que permanece até os dias atuais. Todo o início de ciclo orçamentário há uma desvinculação das receitas que permite um ‘colchão’, uma folga para o governo gerar uma consistência fiscal”, explica o economista e professor da Escola de Negócios da Pucrs, Gustavo Inácio de Moraes.

A segunda fase do plano foi marcada pela utilização de uma moeda virtual, a Unidade Real de Valor (URV), que passou a funcionar quatro meses antes do Real. A URV tinha paridade com o dólar,

ou seja, 1 URV era igual a 1 dólar e absorvia a variação dos preços das mercadorias em cruzeiros reais, moeda inflacionada do período. Em 1º de março de 1994, seu primeiro dia de validade, uma URV equivalia a CR\$ 647,50, mas em 30 junho, seu último dia de validade, já valia CR\$ 2.750.

“A bala de prata, embora a engenhosidade do plano, foi a bem-sucedida estratégia de gerar confiabilidade na nova moeda através da URV, depois convertida em Real. Seu êxito foi a paridade entre o Real e o dólar, mantida artificialmente até 1998”, analisa o professor de Economia da Ufrgs Luiz Augusto Estrella Faria.

A terceira e última fase foi marcada na data de 1º de julho, quando a URV foi transformada no Real. Foi estabelecido que R\$ 1 real valia uma URV. A moeda virtual e o cruzeiro real deixaram então de existir, e os preços do País passaram a valer exclusivamente em reais. Os resultados foram promissores: a inflação medida pelo IPCA

### Inflação anual (1986-2023)

Ano	Acumulado do ano
1986	79,66%
1987	363,41%
1988	980,21%
1989	1.972,91%
1990	1.620,97%
1991	472,70%
1992	1.119,10%
1993	2.477,15%
1994	916,46%
1995	22,41%
1996	9,56%
1997	5,22%
1998	1,65%
1999	8,94%
2000	5,97%
2001	7,67%
2002	12,53%
2003	9,30%
2004	7,60%
2005	5,69%
2006	3,14%
2007	4,46%
2008	5,90%
2009	4,31%
2010	5,91%
2011	6,50%
2012	5,84%
2013	5,91%
2014	6,41%
2015	10,67%
2016	6,29%
2017	2,95%
2018	3,75%
2019	4,31%
2020	4,52%
2021	10,06%
2022	5,79%
2023	4,62%



Capa do JC explicava nova moeda

## País teve seis planos de estabilização fracassados antes da consolidação da moeda

Na véspera do dia 1º de julho de 1994, quando o novo dinheiro brasileiro passaria a circular - e mesmo meses após o seu lançamento - o clima entre brasileiros era de desconfiança. Isso porque até a chegada do Real foram executados seis planos que buscaram recuperar a estabilidade de preços.

Em 1986, houve o Plano Cruzado, durante o governo de José Sarney. Entre as medidas adotadas estava a troca do cruzeiro pelo cruzado, com o corte de três zeros na antiga moeda. O plano também determinava o congelamento da taxa de câmbio, salários e preços.

Na época, o Executivo incentivou os cidadãos a monitorarem os preços e a denunciarem os locais que não estivessem seguindo as novas regras estabelecidas. O movimento ganhou aderência em parte dos consumidores, que ficaram conhecidos como os “fiscais do Sarney”.

No início, houve queda da inflação, e o poder de compra aumentou. Após alguns meses, contudo, o plano se mostrou insustentável em razão do congelamento de preços, o que gerou um desequilíbrio entre produtores e empresários. Com isso, produtos começaram a faltar nos supermercados.

Em novembro do mesmo ano, nasceu o Plano Cruzado II, com descongelamento de preços de alguns itens e serviços, além de aumento da carga tributária do País para tapar o rombo nas contas da União. As medidas não atingiram os efeitos desejados de estabilização da economia, e a inflação, em dezembro de 1987, já voltava aos dois dígitos. Os anos 1980, em razão de sucessivos insucessos de medidas econômicas, ficaram conhecidos como “a década perdida”. Depois do Plano Cruzado I e II, vieram o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989). Em comum,

o congelamento de preços e a redução imediata da inflação, que não se sustentava a longo prazo. No Verão, houve ainda o corte de três zeros da moeda e a transformação do cruzado no cruzado novo.

Mas nenhum pacote econômico foi tão controverso quanto o plano “Brasil Novo” ou Collor I, anunciado em 1990 logo após a posse de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente escolhido em eleições diretas desde o fim da ditadura. O que mais gerou comoção social foi o confisco da caderneta de poupança por 18 meses. Mais uma vez, houve congelamento de

preços e salários, e o resultado foi recessão sem conter a inflação, que chegou a 1.621% naquele ano.

Menos de um ano depois, em 1991, a ministra da Fazenda do governo da época, Zélia Cardoso de Mello, lançou o Collor II, mas de nada adiantou. Em 1992, denúncias de corrupção contribuíram para que Collor sofresse um processo de impeachment, o que o levou a renunciar à presidência.

Seu sucessor, o vice, Itamar Franco, em 1993, ainda determinou a última troca do padrão monetário antes do Real, de Cruzeiro a Cruzeiro real, com corte de 3 zeros.